

ANÁLISE DE CONTEÚDO: CONTEXTUALIZAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, DISCUSSÕES E PERSPECTIVAS

ANÁLISIS DE CONTENIDO: CONTEXTUALIZACIÓN, OPERACIONALIZACIÓN, DISCUSIONES Y PERSPECTIVAS

CONTENT ANALYSIS: CONTEXTUALIZATION, OPERATIONALIZATION, DISCUSSIONS AND PERSPECTIVES

Ellen Oliveira de Menezes*

ellen.menezes@fasfsul.com.br

Pedro Luiz Maitan Filho**

maitan.pedro@gmail.com

*Faculdade Sul Fluminense – FASF, Volta Redonda/RJ, Brasil

**Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, Duque de Caxias/RJ, Brasil

Resumo

A Análise de Conteúdo, dentre as técnicas de tratamento de dados, está entre as mais utilizadas nos estudos organizacionais. Este ensaio teórico tem como objetivo ampliar a discussão sobre esta temática, abordando seu histórico, conceitos, procedimentos, discussões e perspectivas futuras. As indicações teóricas sinalizam que a condução da Análise de Conteúdo de forma coerente, ética, reflexiva e crítica torna-se imprescindível num contexto acadêmico que tem valorizado a sistematização, a neutralidade e a objetividade na busca pela garantia da legitimidade e rigor metodológico nos resultados produzidos. Apesar das elaborações ocorridas em seu contexto histórico, críticas são feitas e a Análise de Conteúdo tem se configurado como uma técnica em busca de consenso entre os pesquisadores, principalmente no que se refere à proteção contra os riscos da parcialidade e perda de neutralidade científica

PALAVRAS CHAVE: técnica de análise, metodologia de pesquisa, análise de dados

Resumen

El análisis de contenido, entre las técnicas de procesamiento de datos, se encuentra entre las más utilizadas en los estudios organizacionales. Este ensayo teórico tiene como objetivo ampliar la discusión sobre el tema, abordando su historia, conceptos, procedimientos, discusiones y perspectivas de futuro. Los indicios teóricos indican que realizar el Análisis de Contenido de manera coherente, ética, reflexiva y crítica es fundamental en un contexto académico que ha valorado la sistematización, la neutralidad y la objetividad en la búsqueda de garantizar la legitimidad y el rigor metodológico en los resultados producidos. A pesar de las elaboraciones que tuvieron lugar en su contexto histórico, se hacen críticas y el Análisis de Contenido se ha configurado como una técnica en busca de consensos entre los investigadores, especialmente en lo que se refiere a la protección frente a los riesgos de parcialidad y pérdida de neutralidad científica.

PALABRAS CLAVE: análisis de contenido, metodología de investigación, análisis de datos

Abstract

Content Analysis, among the data processing techniques, is among the most used in organizational studies. This theoretical essay aims to broaden the discussion on this theme, addressing its history, concepts, procedures, discussions and future perspectives. The theoretical indications indicate that conducting Content Analysis in a coherent, ethical, reflective and critical manner is essential in an academic context that has valued systematization, neutrality and objectivity in the quest to guarantee legitimacy and methodological rigor in the results produced. Despite the elaborations that took place in its historical context, criticisms are made and Content Analysis has been configured as a technique in search of consensus among researchers, especially with regard to protection against the risks of partiality and loss of scientific neutrality

KEYWORDS: content analysis, research methodology, data analysis

1. Introdução

Apesar de uma considerável quantidade de trabalhos sobre o tema, a Análise de Conteúdo vem sendo questionada, e continua envolta em muita controvérsia (FRANCO, 2005). A necessidade de um rigor metodológico em pesquisas acadêmicas tem fomentado os debates sobre estatécnica que, por trabalhar essencialmente em fronteiras da subjetividade com a Linguística e a Psicologia, busca a consolidação de bases teóricas e metodológicas que lhe garantam neutralidade, sistematização e objetividade. A intensificação do uso de novas tecnologias na coleta e no tratamento da pesquisa de campo, a complexidade que envolve a interação entre os diversos interlocutores, o contexto social em que os dados são produzidos, as eventuais influências manipuladoras do pesquisador e a carga ideológica presente em muitos registros constituem alguns dos principais elementos que norteiam os questionamentos relacionados aos resultados produzidos pela Análise de Conteúdo.

A Análise de Conteúdo, desde a sua fundação, suscita confrontos ideológicos e políticos, e a sua formatação histórica teve uma contribuição interdisciplinar, por envolver a conciliação de diversos segmentos do Conhecimento, como a Etnologia, a História, a Psiquiatria, a Psicanálise, a Linguística, a Sociologia, a Psicologia e a Ciência Política (BARDIN, 1977; ROCHA; DEUSDARÁ, 2006). O marco metodológico da Análise de Conteúdo data da publicação do livro *L'analyse de Contenu*, em 1977, onde Bardin sistematizou o método e os pilares que serviriam de base para inúmeros pesquisadores, mantendo inclusive representatividade até os dias atuais. A evolução, marcada por períodos alternados de aceitação e de negação, despertando questionamentos e contradições, vem contribuindo para o aperfeiçoamento da técnica (MOZZATO E GRZYBOVSKI, 2011).

A envergadura da Análise de Conteúdo enquanto método (MOZZATO E GRZYBOVSKI, 2011), o entendimento de suas características definidoras (FRANCO, 2005), das diferentes formas de operacionalização e das decisões acerca do planejamento de pesquisa (MORAES, 1999; BERG, 2001) tem ocupado espaço na agenda de grande parte dos autores. A Análise de Conteúdo vem sofrendo críticas (DESLANDES, 1994; CASTRO; ABS; SARRIERA, 2011) que, normalmente, tem orbitado em discussões sobre a sua legitimidade, seus potenciais e fraquezas, e – em abordagens mais recentes – em sua utilização com auxílio de técnicas computacionais. Em maior intensidade, o método tem sido alvo de questionamentos sobre ética e coerência, como forma de alcance de suas potencialidades e coibição de falhas metodológicas (KOLBE; BURNETT, 1991). Nesse sentido, a presente metodologia tem se configurado como uma técnica em busca de consenso entre os pesquisadores, principalmente no que tange à blindagem contra os vieses e perda de neutralidade científica (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006).

Assim, o presente ensaio tem por objetivo ampliar a discussão teórica em torno da Análise de Conteúdo enquanto método de análise de dados em pesquisas científicas. Serão apresentados posicionamentos dos principais teóricos desta técnica, especialmente em virtude de influências relacionadas: aos critérios de

validade e confiabilidade, as lacunas metodológicas na condução das pesquisas, à postura do pesquisador durante a construção da análise, ao compromisso com a neutralidade científica e aos recursos metodológicos que têm sido adotados a fim de trazer robustez ao método. A condução da Análise de Conteúdo de forma coerente, ética, reflexiva, flexível e crítica torna-se imprescindível num contexto acadêmico que tem valorizado a sistematização, a neutralidade e a objetividade na busca pela garantia da legitimidade e rigor dos resultados produzidos.

O trabalho está dividido em cinco seções, incluindo a introdução. A segunda seção apresenta um breve histórico da Análise de Conteúdo. O roteiro da terceira seção pretende apresentar o posicionamento dos diversos autores a respeito da operacionalização da técnica. Na quarta seção, abordam-se as discussões concernentes a fraquezas, limitações, potencialidade e novos recursos aplicados à Análise de Conteúdo. A última seção apresenta as considerações finais dos autores obtidas pela discussão teórica apresentada ao longo do ensaio.

2. Análise de Conteúdo: contexto histórico e definições

De acordo com Bardin (1977), a Análise de Conteúdo surgiu nos Estados Unidos no início do século XX. Inicialmente, o objeto analisado era essencialmente de cunho jornalístico e posteriormente, textos de propaganda. O autor prossegue o histórico, afirmando que no período em questão, o rigor científico era a mensuração e que o surgimento da Análise de Conteúdo manifestava-se igualmente no campo da Linguística.

Porém, estes campos do Conhecimento, ou seja, a Análise de Conteúdo e a Linguística, ignoraram-se mutuamente e continuaram, durante longo tempo, a desenvolverem-se utilizando caminhos distintos, mesmo com a proximidade de seu objeto de estudo que é a linguagem. Nesse contexto, o primeiro nome que de fato ilustra a história da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (1977) é o de Harold Lasswell, que realizou análises de imprensa e de propaganda aproximadamente desde 1915, estudando a propaganda na Primeira Guerra Mundial (MOZZATO E GRZYBOVSKI, 2011); e em 1927 foi publicado seu livro intitulado *Propaganda Technique in the World War*.

Simultaneamente a este período, uma corrente psicológica, o behaviorismo, emergia no cenário mundial, sendo influenciada por princípios do positivismo que preconizava, com máximo rigor e cientificidade, a descrição de comportamentos enquanto resposta a um estímulo (GOMES, 2009; BARDIN, 1977). Desta forma, a estratégia de Análise de Conteúdo, inicialmente era concebida a partir de uma perspectiva quantitativa, sendo que a mesma passou por várias formas de efetivação ao longo desse período (GOMES, 2009).

Nas décadas de 1940 e 1950, nos Estados Unidos, o desenvolvimento da Análise de Conteúdo ocupou uma posição de destaque nos departamentos de Ciências Políticas. Os problemas levantados pela Segunda Guerra Mundial acentuaram o fenômeno (BARDIN, 1977). O autor afirma ainda que, durante esse período, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudos empíricos que relevam da técnica de Análise de Conteúdo pertenciam à investigação política.

Sobre o ponto de vista metodológico, Bardin afirma que o final das décadas citadas anteriormente, foi sobretudo, marcado pelas regras de análise elaboradas por Berelson, auxiliadas por Lazarsfeld. Em agosto de 1941, a cidade de Chicago sediou um encontro sobre pesquisa interdisciplinar em comunicação de massa, quando então foi cunhado o termo Análise de Conteúdo (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006). Em Bardin (1977) cita-se a célebre definição de Análise de Conteúdo elaborada por Berelson: “A Análise de Conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1977, p.19).

Nos períodos seguintes, as décadas de 1950 e 1960 ficaram marcadas pelos conflitos, disputas ideológicas e desinteresse na abordagem da Análise de Conteúdo. Em sua obra, Bardin (1977) cita

novamente Berelson: “A Análise de Conteúdo como método, não possui qualidades mágicas e raramente se retira mais do que nela se investe e algumas vezes até menos” (BARDIN, 1977, p. 20). Neste período, a *Social Science Research Council's Committee on Linguistics and Psychology*, convocou diversos congressos onde seriam abordados os problemas envolvendo a Psicolinguística. Segundo Bardin (1977), a Análise de Conteúdo – em função das contribuições de outras áreas do Conhecimento – entrou, a partir de então, em uma fase denominada como segunda juventude:

A Etnologia, a História, a Psiquiatria, a Psicanálise, a Linguística, acabam por se juntar à Sociologia, à Psicologia, à Ciência Política, aos jornalistas, para questionarem estas técnicas e propor a sua contribuição (BARDIN, 1977, p. 20).

A partir de então, foram desenvolvidas novas considerações metodológicas e epistemológicas. Conforme Bardin (1977), no plano epistemológico, houve o confronto de duas concepções, o que culminou na criação de dois modelos da comunicação: o modelo instrumental e o modelo representacional. O modelo representacional, segundo o autor, significa que o ponto importante no que diz respeito à comunicação é revelado pelo conteúdo nas palavras – sendo a mensagem o que o analista observa –, e o modelo instrumental significa que o fundamental não é aquilo que a mensagem diz a primeira vista, mas o que ela veicula dados o seu contexto e as suas circunstâncias.

Concomitantemente, no plano metodológico, as abordagens quantitativa e qualitativa foram postas em questão. Para Gomes (2009), as discussões dividiram pesquisadores e teóricos que defendiam a perspectiva quantitativa da técnica e os que defendiam a perspectiva qualitativa.

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração (BARDIN, 1977, p. 21).

Desta forma, conforme Gomes (2009), alguns autores também buscavam uma conciliação dos termos, pesquisando formas e possibilidades de conjugar o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais, tentando sair da polarização entre quantitativo/qualitativo.

Seguindo a ordem cronológica, tendo como referência a década de 1970, Bardin publicou a sua obra *L'analyse de Contenu*, em 1977, onde o método foi configurado em detalhes, servindo de orientação e principal referência até os dias atuais. Esta produção teve grande impacto no Brasil e, desde então, tem sido aplicada, criticada, ampliada e, sobretudo, ainda suscita questionamentos e controvérsias no meio acadêmico. Essa evolução, marcada por períodos alternados de aceitação e de negação, despertando questionamentos e contradições, contribuiu para o aperfeiçoamento da técnica (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). De acordo com Gomes (2009) alguns avanços são percebidos já na década de 1970:

[...] a) a existência de mais uma técnica para analisar conteúdos de mensagens; b) a possibilidade de se analisar conteúdos a partir da perspectiva qualitativa; c) o uso de inferências que partem da descrição dos conteúdos explícitos da comunicação para se chegar a dimensões que vão para além da mensagem. Em outras palavras, através da Análise de Conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado (GOMES, 2009, p.84).

O amplo campo de aplicação da Análise de Conteúdo é ilustrado por Gomes (2009), conforme a Tabela 1. De acordo com a tabela apresentada, a Análise de Conteúdo possui um campo de aplicação vasto, em que a relação do número de envolvidos na comunicação pode contemplar as possíveis abordagens na utilização do método. Desta forma, a Análise de Conteúdo representa uma das técnicas de análise de dados mais utilizadas nos estudos organizacionais. Constitui-se em uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de todo tipo de documentos e textos (MORAIS; PEREIRA;

MACCARI, 2012). Ela deriva de ser um método de investigação que procura aumentar, melhorar e diversificar o trabalho de análise, objetivando ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados (ALVES, 2011; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). No tópico seguinte serão abordados os cuidados metodológicos na operacionalização da Análise de Conteúdo.

Tabela 1. Uso da Análise de Conteúdo

Código e suporte	Exemplos em relação ao número de pessoas implicadas na comunicação			
	1 pessoa (monólogo)	2 pessoas (diálogo)	Grupo restrito	Comunicação de massa
Linguístico - escrito	Agenda, diário	Cartas, trabalhos escolares	Notas e documentos	Jornais, livros e cartazes.
Linguístico – oral	Delírios, sonhos, histórias.	Entrevistas e conversas	Entrevistas e conversas	Discurso, palestra, programas de rádio e TV.
Iconográfico (sinais, imagens, filmes, fotografia).	Rabiscos, sonho, desenhos.	Comunicação utilizando imagens	Comunicação utilizando imagens	Cartazes, quadros, imagens publicitárias.
Outros códigos semióticos (comportamentos, música e objetos).	Tique, coleções, dança.	Comunicações não verbais (vestuário, posturas).	Comunicações não verbais (vestuário, posturas).	Monumentos, sinais urbanos, comportamentos institucionais.

Fonte: Extraído de Gomes (2009), p. 85.

3. Análise de Conteúdo: a operacionalização do método

De acordo com Franco (2005) a utilização da Análise de Conteúdo – enquanto técnica de pesquisa – passa pelo entendimento efetivo de suas características definidoras. Esta autora aborda o exame dos dados como um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e, por isso, tem na mensagem o seu ponto de partida. Nesta perspectiva, ainda segundo a autora, ao buscar indagações sobre as causas e efeitos das mensagens, a Análise de Conteúdo se propõe a extrapolar as características das mesmas, exigindo assim um maior preparo teórico do pesquisador. O procedimento proposto por Franco (2005) apresenta a Análise de Conteúdo como o meio pelo qual são realizadas as inferências sobre as mensagens captadas nos processos de comunicação.

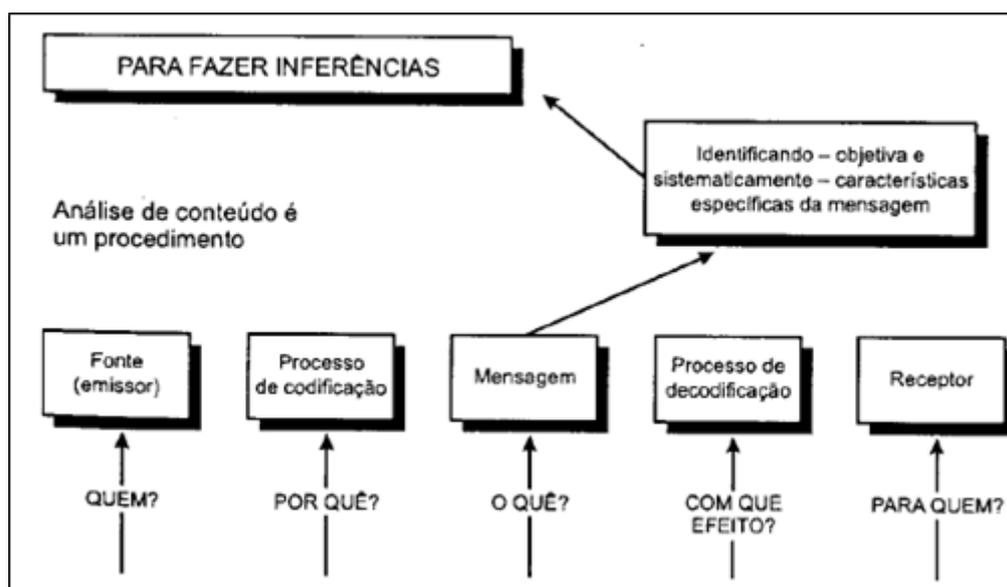
Para Berg (2001), a Análise de Conteúdo envolve principalmente dois processos: as especificações das características do conteúdo da mensagem a ser examinada e a identificação clara dos registros dessas características. Para a condução da Análise de Conteúdo, Mozzato e Grzybovski (2011) consideram que o conhecimento dos diversos métodos de análise de dados existentes torna-se indispensável para que o pesquisador tenha condições de realizar a escolha mais adequada ao que se propõe estudar. Em outras palavras, estes autores estatizam que:

Um conhecimento amplo das diferentes técnicas de análise de dados torna-se pertinente, para que as escolhas possam ser realizadas de maneira mais apropriada, tanto para a temática estudada como para aos propósitos do pesquisador (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, P. 737).

A definição de regras claras e bem fundamentadas em evidências é premissa para a sobrevivência científica de técnicas de análise e tratamento de dados; tais regras estão presentes ao longo de um processo de preparação, elaboração e relato de resultados (CASTRO; ABS; SARRIERA, 2011). De acordo com Berg (2001), a preparação da Análise de Conteúdo deve estar sujeita a um planejamento da amostragem de dados e de suas respectivas unidades de análise. Este autor explica a ligação existente entre os níveis de amostragem e as diferentes formas de mensagens a serem capturadas e analisadas:

Ao usar uma estratégia de análise de conteúdo para avaliar documentos escritos, os pesquisadores devem primeiro decidir em que nível eles plantam para amostrar e quais unidades de análise serão contadas. A amostragem pode ocorrer em qualquer ou em todos os seguintes níveis: palavras, frases, sentenças, parágrafos, seções, capítulos, livros, escritores, postura ideológica, assunto tópico ou elementos semelhantes relevantes para o contexto. Ao examinar outras formas de mensagens, os pesquisadores podem utilizar qualquer um dos níveis anteriores ou amostrar em outros níveis conceituais mais adequados à mensagem específica (BERG, 2001, p.244 – tradução nossa)

Figura 1 – Características definidoras da Análise de Conteúdo



Fonte: Extraído de Franco (2005), p. 19.

De acordo com Roesch (2009), a operacionalização da Análise de Conteúdo requer do pesquisador um roteiro bem preparado e decomposto em três tópicos principais: unidades de análise, categorias de análise e codificações do texto. Desta forma, segundo a autora, torna-se possível a aplicação de procedimentos estatísticos, bem como as estratificações das respostas e eventuais comparações entre grupos analisados. As unidades de análise, segundo Franco (2005), estão divididas em unidades de registro ou de contexto: as primeiras são as partes do conteúdo registradas conforme categorias, e o segundo grupo é caracterizado como o pano de fundo que dá significado às unidades de análise. As categorias de análise, por sua vez, são definidas pela autora como a “[...] operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto [...] e um reagrupamento baseado em analogias. É o ponto crucial da Análise de Conteúdo” (FRANCO, 2005, p. 57). Segundo Vergara (2005), “[...] categorizar implica isolar elementos para, em seguida, agrupá-los” (VERGARA, 2005, p. 18). Segundo esta autora, as definições de categorias de análise estão subjacentes ao estabelecimento de grades de análise, abertas ou fechadas, isto é, as categorias podem ser definidas, respectivamente, ou ao longo da pesquisa ou anteriormente à sua execução.

O esquema cronológico de execução do método, conforme elaborado por Vergara (2005), prevê três macro fases: (a) a pré-análise e definição dos procedimentos a serem seguidos; (b) a exploração do material através da implementação destes procedimentos e (c) o tratamento por meio das inferências sobre os resultados da investigação. Decompondo estas fases em atividades, a autora detalha o seguinte modo de utilização (VERGARA, 2005, p. 17):

- Definir o tema e o problema de pesquisa.
- Proceder a revisão de literatura pertinente ao problema de investigação.
- Definir as suposições, em caso de pesquisa exploratória.
- Definir os meios para a coleta de dados.
- Coletar os dados por meio dos instrumentos escolhidos.
- Definir os tipos de grade para a análise: aberta, fechada ou mista.
- Proceder a leitura do material durante a etapa de coleta de dados.
- Definir as unidades de análise.
- Definir as categorias de análise, conforme a grade escolhida.
- Proceder a análise do conteúdo.
- Resgatar o problema investigado.
- Confrontar o resultado obtido com a teoria que serviu de base.
- Formular uma conclusão.
- Elaborar o relatório de pesquisa.

Não obstante, possuir um roteiro normalmente aceito, de acordo com Moraes (1999), a Análise de Conteúdo possibilita diferentes modos de conduzir o processo. Segundo o autor, são opções em termos de abrir possibilidades que esta metodologia oferece, estabelecendo-se, no mesmo movimento, limites e conseqüências destas opções:

Dependendo da abordagem em que o pesquisador se fundamenta ao realizar sua pesquisa haverá conseqüências não só sobre os procedimentos de análise, como também sobre outros aspectos importantes da pesquisa (MORAES, 1999, p. 12).

Segundo Castro, Abs e Sarriera (2011), embora variável, a aplicação da Análise de Conteúdo se orienta por duas premissas principais: a primeira é a organização das análises pelas características do material e a segunda diz respeito à condução da análise conforme os objetivos traçados na pesquisa. Estes autores discutem a Análise de Conteúdo sob duas diferentes classificações. A primeira classificação diz respeito à distinção entre seu caráter qualitativo ou quantitativo; neste sentido, os autores argumentam que enquanto o primeiro se utiliza do princípio da enumeração tipo presença/ausência, o segundo adota o princípio da enumeração por frequência, pela contagem dos referentes textuais. Já a segunda classificação contempla a Análise de Conteúdo pelos aspectos indutivo ou dedutivo. Neste caso, segundo Castro, Abs e Sarriera (2011), o exame do material pode se basear, respectivamente, nos conceitos e significados que derivam dos dados ou nos conhecimentos previamente adquiridos. Os autores ainda complementam essa classificação, conforme segue:

A recomendação para o uso de uma Análise de Conteúdo indutiva é feita quando não existem estudos prévios sobre determinado fenômeno ou quando os dados estão muito dispersos, dificultando uma lógica de alocação por categorias formais ou prévias. Já a Análise de Conteúdo dedutiva é útil quando se pretende testar uma teoria em diferentes situações ou para comparar categorias em períodos de tempo distintos (CASTRO; ABS; SARRIERA, 2011, P. 817).

A contribuição de Gil (2008) acerca dos trabalhos com Análise de Conteúdo enfoca a importância do material documental para a validade da pesquisa. Segundo este autor, as fontes documentais dão

robustez histórica ao contexto pesquisado, além de mitigar custos e eventuais constrangimentos dos sujeitos. A questão do contexto também é abordada por Mozzato e Grzybovski (2011) quando argumentam que a envergadura da pesquisa está condicionada a aspectos não manifestos, ou seja, àqueles que dependem da sensibilidade do pesquisador. A validade dos resultados e as eventuais interferências do pesquisador são alguns dos elementos que compõem a discussão proposta no tópico seguinte, uma vez que uma das variáveis em debate é justamente a legitimidade dos resultados produzidos pela Análise de Conteúdo.

4. Análise de Conteúdo: discussões e perspectivas

Segundo Mozzato e Grzybovski (2011), a Análise de conteúdo vem sendo utilizada com frequência nas pesquisas do campo da Administração, assim como na Psicologia, na Ciência Política, na Educação, na Publicidade e, principalmente, na Sociologia, e as discussões acerca deste método se inserem numa lógica de transformações sucessivas pelas quais tem passado a ciência – sobretudo na forma de irregularidades e também rupturas –, exigindo uma releitura das abordagens metodológicas. Ainda segundo estes autores, a importância da Análise de Conteúdo para os estudos organizacionais é cada vez maior e tem evoluído em virtude da preocupação com o rigor científico e a profundidade das pesquisas, havendo crescente interesse pela legitimidade da técnica, enquanto meio de análise de dados em pesquisas qualitativas e quantitativas.

Para Kolbe e Burnett (1991), o debate sobre a Análise de Conteúdo é importante porque este método configura-se como um facilitador de outros muitos tipos de análises e, portanto, desempenha um papel no desenvolvimento das teorias organizacionais. Apesar de resguardar grande relevância em pesquisas, a Análise de Conteúdo vem sofrendo críticas (CASTRO; ABS; SARRIERA, 2011) que, normalmente, tem orbitado em discussões sobre a sua legitimidade, seus potenciais e fraquezas em estudos quantitativos e qualitativos, e, finalmente, sua utilização com auxílio da tecnologia.

A busca por critérios de validade e confiabilidade constitui-se num caminho para a superação das limitações, inerentes ou não à própria técnica; nesse sentido, a Análise de Conteúdo apresenta-se como técnica de análise de dados cada vez mais legitimada nas pesquisas realizadas no campo da Administração, mas que ainda necessita ser mais bem debatida e ampliada em suas aplicações, visando apresentar maior confiabilidade e validade no mundo científico (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

Ainda a respeito da garantia dos critérios de validade, Castro, Abs e Sarriera (2011) consideram que o seu primeiro elemento diz respeito à utilização de juízes para a caracterização das unidades de análise e explicitação da regra embutida no julgamento do material analisado; segundo estes autores, esse procedimento é fundamental para que os resultados da coleta de dados apresentem confiabilidade, uma vez que extrapolam o foro pessoal do pesquisador e coíbem o risco inerente aos aspectos hermenêuticos da interpretação dos resultados:

Estaria a Análise de Conteúdo servindo, em alguns casos, aos propósitos ideológicos de sustentação de resultados não fundamentados em dados? A dúvida se impõe não pela constatação da prática dedutiva, qualitativa ou quantitativa, mas pela dificuldade de se compreender as regras hermenêuticas implícitas na interpretação do significado das mensagens. Mesmo que baseadas em estudos prévios ou em teorias consolidadas, a dedução empregada pelos que não explicitam sua lógica é exclusivamente confirmatória e centralizadora. São raras as ocasiões de reflexão sobre o processo de análise conferido pela prática de Análise de Conteúdo, como se o método garantisse de antemão a credibilidade da pesquisa (CASTRO; ABS; SARRIERA, 2011, p.823).

Ainda segundo Castro, Abs e Sarriera (2011), é expressiva a quantidade de artigos que não descrevem a relação lógica entre a técnica na análise de dados e as conclusões apresentadas: somente 33,73% (trinta e três inteiros e setenta e três centésimos por cento) dos artigos analisados pelos autores apresentaram este

procedimento metodológico. O estudo de Kolbe e Burnett (1991) também evidenciou uma lacuna metodológica na condução das pesquisas, o que, segundo estes autores, tem impactado diretamente a objetividade e confiabilidade dos resultados:

Os resultados indicam que há uma série de lacunas nos métodos e procedimentos utilizados pelos analistas nas áreas de objetividade e confiabilidade. Uma vez que essas duas áreas estão no cerne da pesquisa em análise de conteúdo e refletem diretamente a qualidade da pesquisa, essa seriedade muitas vezes torna-se evidente (KOLBE; BURNETT, 1991, p.249 – tradução nossa).

Sendo assim, a potencialidade da Análise de Conteúdo ocorre quando os pesquisadores trabalham com o método de forma coerente, ética, reflexiva, flexível e crítica, além de considerarem seriamente o contexto e a história nos quais a pesquisa se insere (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). A postura do pesquisador durante a construção da Análise de Conteúdo, segundo Rocha e Deusdará (2006), “preconiza a necessidade de superar os perigos que o espreitam” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006, p. 16). Segundo estes autores, os principais dilemas estão no compromisso com a neutralidade científica, uma vez que é necessário: escapar das armadilhas da superfície linguística, esquivar-se de pistas falsas e atingir a profundidade do texto, resgatando-lhe o conteúdo. A questão da neutralidade, enquanto meio para o alcance da confiabilidade da pesquisa, também é abordada por Mozzato e Grzybovski (2011); para estes autores, a isenção torna-se um desafio, visto que a Análise de Conteúdo exige a inferência do pesquisador em suas diferentes fases: “[...] a neutralidade pode ser considerada uma limitação” (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 740).

Outras limitações e fraquezas também são consideradas nas discussões sobre a Análise de Conteúdo. Segundo Kolbe e Burnett (1991), a técnica é, normalmente, resistente a *standards* metodológicos e isso influi diretamente numa necessidade da objetividade, sistematização, quantificação e amostragem de dados. Segundo a análise de Rocha e Deusdará (2006), a manutenção do rigor dos procedimentos de análise fica subjacente à impressão de compreensões subjetivas do pesquisador e, portanto, o estabelecimento de correspondências entre as estruturas linguísticas e psicológicas denota uma fraqueza, visto que se coloca como um desafio ao analista de conteúdo. Nas palavras de Berg (2001), a relação entre as estruturas *manifesta* e *latente* ganha outro predicado: ela é controversa. Segundo este autor, o dilema a este respeito seria decidir se a análise do conteúdo deve permanecer na estrutura superficial, ou for a níveis de maiorprofundidade:

Outra controvérsia em relação ao uso da análise de conteúdo é se a análise deve ser limitada ao conteúdo manifesto (aqueles elementos fisicamente presentes e contáveis) ou estendida a um conteúdo mais latente. Neste último caso, a análise estende-se a uma leitura interpretativa do simbolismo subjacente aos dados físicos. Por exemplo, um discurso inteiro pode ser avaliado por quão radical foi, ou um romance pode ser considerado em termos de quão violento foi todo o texto. Dito em palavras diferentes, o conteúdo manifesto é comparável à estrutura superficial presente na mensagem, e o conteúdo latente é o significado estrutural profundo transmitido pela mensagem (BERG, 2001, p. 242 – tradução nossa)

Entretanto, além da controvérsia entre superficialidade e profundidade, Berg (2001) também aponta para a existência de sérias fraquezas e limitações na Análise de Conteúdo. Na visão deste autor, o exercício da técnica está vinculado apenas a mensagens gravadas (ou registradas): “*Em outras palavras, a análise de conteúdo limita-se ao exame de mensagens já gravadas. Embora essas mensagens possam ser orais, escritas, gráficas ou gravadas em vídeo, elas devem ser gravadas de alguma forma para serem analisadas*” (BERG, 2001, p. 259 – tradução nossa). Além desta, outra limitação que Berg (2001) cita é a relação causal ineficaz entre as variáveis, uma vez que as informações colhidas pela Análise de Conteúdo são apropriadas para o reconhecimento da magnitude das respostas, porém não para atacar as suas causas: “*Esse tipo de informação é apropriado para indicar a magnitude de certas respostas; no entanto, não é apropriado anexar a dessas causa dessas*

apresentações” (BERG, 2001, p. 259 – tradução nossa). Para Castro, Abs e Sarriera (2011), uma fraqueza do método consiste na amarração entre a compreensão das nuances de um fenômeno e as unidades de análise que o compõem; segundo estes autores, os fenômenos investigados estão constantemente sob o risco de fragmentação devido à sua dependência aos critérios de escolha dessas unidades.

Neste sentido, Kolbe e Burnett (1991) argumentam que esta dependência gera vieses na pesquisa, podendo afetar a tomada de decisão e a interpretação dos dados: *“Dado que os pesquisadores desejam tirar conclusões inferenciais dos dados, a existência desses vieses pode afetar a contribuição de um estudo para o conhecimento”* (KOLBE; BURNETT, 1991, 244 – tradução nossa). Para Mozzato e Grzybovski (2011), a principal limitação da Análise de Conteúdo está no canal de comunicação, uma vez que – em relação aos demais –, o método tem apresentado melhores desdobramentos através de reprodução oral e escrita. Finalmente, conforme assinala Deslandes (1994): *“Entre essas críticas, ressalta-se a que entende essa análise como uma técnica de interpretação de texto, com pouca articulação com os contextos das mensagens veiculadas”* (DESLANDES, 1994, p. 76).

Apesar das limitações e fraquezas, novos recursos metodológicos têm sido adotados a fim de trazer robustez para a Análise de Conteúdo. Dentre esses entrantes, destaca-se o auxílio das novas tecnologias, sobretudo o emprego das técnicas computacionais. Segundo Mozzato e Grzybovski (2011), desde a década de 1980, a utilização da tecnologia faz parte tanto da coleta quanto da análise de dados em pesquisas científicas, o que vem alterando os seus padrões. Segundo estes autores, em razão do crescimento da oferta de informações, os novos delineamentos metodológicos necessitarão empregar softwares, estatísticos ou não. Importante assinalar que o desenvolvimento da informática das últimas décadas trouxe no campo na Análise de Conteúdo, o desenvolvimento de programas de computação apropriados para a verificação textual, o que favorecia, inclusive, abordagens frequentiais e pormenorizadas de palavras e outras especificidades (GOMES; JOSÉ, 2004).

Para Simmons et al (2011) há, portanto, uma mudança em curso na Análise de Conteúdo, motivada pelo desenvolvimento de softwares e simulações: *“O método e aplicação da análise de conteúdo está mudando, principalmente com o desenvolvimento de softwares de computador e simulação”* (SIMMONS et al, 2011, p. 44 – tradução nossa). Na visão de Roesch (2009) estes programas não substituem o trabalho intelectual do pesquisador; porém, um estudo sobre a combinação de técnicas computacionais e manuais na Análise de Conteúdo pilotado por Lewis, Zamith e Hermida (2013) revelou um aperfeiçoamento das tradicionais forças do método, sobretudo no rigor dos resultados: *“Combinações cuidadosas de computação e técnicas manuais podem preservar a força da análise de conteúdo tradicional, com seu rigor sistemático e sensibilidade contextual”* (LEWIS; ZAMITH; HERMIDA, 2013, p. 34). Segundo estes autores, o hibridismo entre os trabalhos manuais e eletrônicos poderá gerar melhores condições para os acadêmicos da geração atual, uma vez que há grandes investimentos em pesquisas desenvolvidas através dos meios de comunicação disponibilizados na internet.

O debate acerca da Análise de Conteúdo, portanto, passa por tópicos relacionados à sua legitimidade, caráter científico e confiabilidade. Diversos autores têm entendido os aspectos subjetivos deste método como potenciais riscos associados; diante disto, o esclarecimento das lógicas embutidas na pesquisa torna-se fundamental como justificativa dos resultados obtidos. Neste contexto, o auxílio de técnicas computacionais têm se destacado como importantes aliadas ao rigor esperado nos trabalhos acadêmicos, bem como uma solução ao tratamento dos diversos tipos de dados.

5. Considerações finais

O presente ensaio teórico propôs uma discussão sobre a importância da técnica de Análise de Conteúdo, enquanto método de análise de dados em pesquisas científicas, elencando seu contexto histórico,

conceituação, operacionalização do método, desafios e perspectivas. Salientou-se também, que em um contexto acadêmico, a sistematização, a neutralidade e a objetividade são essenciais à condução da referida técnica, e que a mesma é orientada seguindo pressupostos básicos da ética, da crítica, da coerência e da reflexão.

Em um contexto histórico, no ano de 1977, Laurence Bardin abordava em sua clássica obra, o surgimento da técnica de Análise de Conteúdo no início do século XX, em uma perspectiva em que várias áreas do conhecimento, tais como a Psicologia, a Linguística, dentre outras, apresentavam pontos de intersecções e de conflitos mutuamente, o que caracterizava, dentro do âmbito da Análise de Conteúdo, as oscilações de consolidação e de fragilidade, presentes em seu decorrer histórico. Após esse processo, a Análise de Conteúdo estabiliza-se e passa a representar uma das técnicas de análise de dados mais utilizadas nos estudos organizacionais, constituindo uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de quaisquer tipos de documentos e textos.

Desta forma, diversos autores foram citados ao longo do texto, visando contemplar seus posicionamentos no que se refere à operacionalização da técnica Análise de Conteúdo. Apesar de abordagens operacionais diversificadas, os autores argumentam o quão é importante o arcabouço teórico que o pesquisador possui a priori, principalmente no que diz respeito às etapas de planejamento e de análise dos dados coletados, e como a utilização de critérios claros é imprescindível para a validação metodológica da técnica.

Por conseguinte, o debate acerca da Análise de Conteúdo perpassa diversos itens relacionados à sua legitimidade, caráter científico e confiabilidade. Conforme alguns autores, a Análise de Conteúdo vem sendo utilizada com frequência nas pesquisas relacionadas na Administração, assim como em outros campos do Conhecimento. Ainda segundo os mesmos, a importância desta técnica metodológica para os estudos organizacionais é cada vez maior e tem evoluído em virtude da preocupação com o rigor científico e a profundidade das pesquisas.

Contudo, mesmo com toda essa amplitude científica, a Análise de Conteúdo vem sofrendo críticas. Segundo alguns autores, um considerável percentual de artigos publicados não descreve a relação entre a técnica na análise de dados e as conclusões apresentadas. Outro fator também elencado como limitador é a posição do pesquisador quanto à neutralidade, tendo em vista que a Análise de Conteúdo requer a indução do pesquisador em suas diferentes fases. Do ponto de vista metodológico, alguns autores apontam fraquezas inerentes à técnica, dentre elas, os fenômenos investigados que estão constantemente sob o risco de fragmentação e assim sendo, a possibilidade de afetar a tomada de decisão e a interpretação dos dados é notável.

Entretanto, apesar das limitações e fraquezas, novos recursos metodológicos têm sido adotados a fim de trazer vigor para a Análise de Conteúdo. Dentre essas novas perspectivas, destaca-se o uso de novas tecnologias. O desenvolvimento de softwares e simuladores faz parte tanto da coleta quanto da análise de dados em pesquisas científicas, o que vem alterando os seus padrões. Desta forma, conforme alguns autores, a qualidade do material oriundo de naturezas diferentes – dos trabalhos manuais e eletrônicos – poderá gerar melhores condições para os pesquisadores atuais, tendo em vista que há grandes investimentos em pesquisas desenvolvidas através dos meios de comunicação disponibilizados na internet.

Dentro desta perspectiva, apresenta-se como proposta que pesquisadores das diversas áreas do conhecimento realizem estudos aprofundados sobre a Análise de Conteúdo, visto que isto possibilitaria uma maior amplitude nas discussões acerca de potencialidades e limitações do método em um contexto notadamente caracterizado (a) pelo compartilhamento de dados nas mídias eletrônicas em nível global e (b) pela intensiva utilização de recursos tecnológicos e informatizados na seleção, tratamento estatístico e decodificação de dados cada vez mais difusos. A postura do pesquisador na condução das pesquisas, bem como a garantia de neutralidade e rigor científicos são alguns dos temas que carecem de estudos

neste novo cenário da Análise de Conteúdo.

Referências

ALVES, M. T. V. D. Análise de Conteúdo: Sua Aplicação nas Publicações de Contabilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 3, p. 146-166, 2011. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2266/1747>. Acesso em: nov. 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERG, B. L. **Qualitative research methods for the social sciences**. 4th ed. Boston: Allyn & Bacon, 2001.

CASTRO, T. G. de; ABS, D; SARRIERA, J. C. Análise de conteúdo em pesquisas de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 31, n. 4, p. 814-825, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FT97F8CvRpQLF3W46vTdK8d/abstract/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2021.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R; MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: LiberLivro, 2005.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C; JOSÉ, C. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 57 (Set./Out.), 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2021.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F; GOMES, R; MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, p. 79–108, 2009.

KOLBE, R; BURNETT, M. Content-Analysis Research: An Examination of Applications with Directives for Improving Research Reliability and Objectivity. **Journal Of Consumer Research**. September; 18 (2): 243-250, 1991. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/oup/jconrs/v18y1991i2p243-50.html>. Acesso em: nov. 2021.

LEWIS, S; ZAMITH, R; HERMIDA, A. Content Analysis in an Era of Big Data: A Hybrid Approach to Computational and Manual Methods. **Journal of Broadcasting & Electronic Media** [serial online]. January; 57 (1): 34-52, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08838151.2012.761702>. Acesso em: nov. 2021.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: nov. 2021.

MORAIS, S. N; PEREIRA, M. F; MACCARI, E. A. Classificando ações de sustentabilidade: uma análise de conteúdo de entrevistas de líderes. **Revista de Administração da UFSM**, v. 5, n. 1, p. 110-125, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273424918008.pdf>. Acesso em: nov. 2021.

MOZZATO, A. R; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/874/871>. Acesso em: nov. 2021.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**: Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. 4. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, D; DEUSDARA, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: o linguístico e seu entorno. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-52, 2006. Disponível em: http://www.pgletras.uerj.br/gtlet/arquivos/Decio_Bruno_ADeAC2005_2.pdf. Acesso em: nov. 2021.

SIMMONS, L; CONLO, S; MUKHOPADHYAY, S; YANG, J. A Computer aided Content Analysis of Online Reviews. **Journal of Computer Information Systems**. Fall; 52 (1): 43-55, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08874417.2011.11645521>. Acesso em: nov. 2021.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

Recebido em: 07/11/2021

Aceito em: 19/05/2022

Endereço para correspondência:

Nome Ellen Oliveira de Menezes

Email ellen.menezes@fasfsul.com.br



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)